

Os Desafios da Extensão Universitária em uma Instituição de Educação Superior Privada

Jerusa Nunes Neiva Eulálio dos Santos, José Sérgio de Jesus

Resumo

Este trabalho tem por objetivo descrever a importância das atividades extensionistas desenvolvidas pelo Núcleo de Extensão da Faculdade Projeção na formação social dos alunos. A metodologia partiu da problemática levantada, que consistiu na investigação por meio de coleta dos dados utilizando-se um roteiro de entrevista com questões abertas, onde os entrevistados tiveram a possibilidade de apresentar respostas diversas, proporcionando melhor análise dos dados. A metodologia de pesquisa adotada para a elaboração desta pesquisa é a qualitativa. Foi realizada uma revisão na literatura na área da Extensão Universitária, baseando-se na revisão e levando-se em conta que as atividades de extensão são consideradas indissociáveis do ensino e da pesquisa, devem-se assumir novas posturas encarregadas na articulação entre o saber acadêmico-científico e o saber popular. Deste modo, a Extensão deve pleitear a ascensão de trabalhos mais sociais e menos assistencialistas, devendo consistir numa experiência de integração entre os professores, os estudantes universitários e as comunidades desfavorecidas socialmente.

Palavras-chave: Extensão universitária. Educação superior. Responsabilidade social.

Introdução

De acordo com o Plano Nacional de Extensão Universitária (2001), a extensão como prática em cursos de graduação propicia a integração comunidade/alunos e contribui para o processo de formação de um cidadão consciente do seu papel social.

Além disso, o envolvimento da sociedade/comunidade promove a reflexão, bem como a ação em cenários da realidade regional e nacional, favorecendo a visão integrada da sociedade, não podendo de forma nenhuma dissociar-se do ensino e da pesquisa.

A extensão universitária está normatizada pela Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, em seu art. 207:

Art. 207 - As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Síveres (2013) afirma que a universidade, entre as diversas qualificações, é compreendida pela dinâmica da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Esse processo busca referendar a possibilidade de pautar o projeto formativo para atender as finalidades da educação, contempladas nas posições de sua regulação, que são o pleno desenvolvimento do educando, o exercício da cidadania e a capacitação para o trabalho.

Sendo assim, um dos diferenciais da Educação Superior encontra-se justamente no sentido da extensão universitária, onde deve haver uma relação recíproca do acadêmico com a comunidade, reafirmando as ideias de Nogueira (2000), seja para se situar historicamente, para se identificar culturalmente ou para referenciar sua formação com os problemas que um dia terá que enfrentar.

A extensão Universitária promove o ensino e a pesquisa, pois traz a realidade para dentro da sala de aula. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, por sua vez, enfatiza a extensão nos incisos IV, VI e VII do seu artigo 43:

IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII – Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Em conformidade com Tenório e Andrade (2009), um novo cenário pode ser observado nas últimas décadas, não apenas com o crescimento de instituições privadas em todo país, favorecido por uma maior flexibilidade da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, mas também com uma nova configuração de ensino, que passou a constituir os espaços de formação, com vistas a atender o mundo globalizado e em constante transformação, requerendo, portanto a constituição de um perfil eficiente e capaz de suprir as demandas do mercado.

Demandas que só podem ser supridas se devidamente avaliadas pelo órgão competente, neste sentido, foi criada a Lei do SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, Lei nº 10.861/2004. Para Calderón (2007), a extensão universitária ganhou relevância com a chegada do SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), por se fundamentar, entre outros aspectos, no aprofundamento do compromisso social das IES, constando, entre outros princípios fundamentais, a responsabilidade social com a qualidade da educação superior.

A Lei do SINAES é composta por três componentes principais: avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. O SINAES avalia todos os aspectos que giram em torno de três eixos, dentre os quais citamos: o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários outros aspectos. Apesar da faculdade não ter compromisso constitucional com a pesquisa, cabe à faculdade desenvolver as atividades para atender as exigências do MEC e assim cumprir com a responsabilidade social que cabe a Instituição de Educação Superior - IES (SINAES, 2004).

Rocha (2001) nos alerta que é preciso repensar o extensionismo universitário em uma dimensão em que os discentes e a população sejam atores mais ativos e que o objetivo maior

seja a construção de uma sociedade de paz, mais justa, mais humana e mais feliz. Certamente essa é a grande revolução de que necessita hoje.

Segundo Calderón (2005), de acordo com o SINAES, a extensão será objeto de avaliação na responsabilidade social universitária:

- 1) a transferência de conhecimento e importância social das ações universitárias e impactos das atividades científicas, técnicas e culturais, para o desenvolvimento regional e nacional;
- 2) a natureza das relações com o setor público, com o setor produtivo e com o mercado de trabalho e com as instituições sociais, culturais e educativas de todos os níveis;
- 3) as ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, à promoção da cidadania, à atenção de setores sociais excluídos, às políticas de ação afirmativa, dentre outras.

Calderón (2005), ainda, acrescenta que ao analisar atentamente cada um dos três itens acima citados pode-se perceber que se trata de uma proposta de radicalização da extensão universitária, isto é, de reestruturação da forma como se operacionaliza a extensão universitária na IES. Não se trata de tornar a responsabilidade social em mais uma atividade universitária. Nem de criar, toda uma estrutura paralela só para atender as demandas do MEC.

Assim, radicalizar a extensão universitária significa pensar uma estrutura gerencial que permita entender a extensão como “uma categoria ética que pergunta pelo sentido e pela relevância do ensino e da pesquisa e aponta a alteridade – ou a arte de amar – como elemento constitutivo do fazer universitário, partindo do princípio de que só a arte de amar – ou a preocupação com o outro – pode ajudar a aprender como se aprende a desenvolver a abertura ao direito da existência do outro como um valor inalienável (CALDERÓN, 2005, p. 25).

Santos (2010) aponta que a área da extensão vai ter no futuro próximo um significado muito especial, pois as atividades de extensão terão uma participação mais ativa na coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural, devendo ter como objetivo prioritário, sufragado democraticamente no interior da universidade, o apoio solidário na resolução dos problemas da exclusão e da discriminação sociais e de tal modo que nele se dê voz aos grupos excluídos e discriminados.

A Faculdade Projeção – FAPRO por meio do Núcleo de Extensão - NEX vem compartilha deste processo de interação solidária entre a faculdade e outros setores da sociedade, incentivando a prática da extensão, desenvolvendo ações de cidadania e responsabilidade social.

A extensão possibilita a formação do profissional cidadão e se credencia, cada vez mais, junto à sociedade como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes, como prática acadêmica que interliga a Universidade nas suas atividades de ensino e de pesquisa, com as demandas da maioria da população (Anais do II Congresso de Extensão Universitária, 2004).

Nesta concepção o maior significado é uma resposta à sociedade, possibilita ao discente uma formação humanizada, contribuindo com a formação do profissional-cidadã, as trocas de saberes entre os diversos cursos de graduação ofertados pela FAPRO, e o aprendizado com base na realidade através da atuação voluntária, como rege o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da Instituição.

Diante deste cenário, a pesquisa pretende contribuir para a reflexão em relação à atuação da extensão de uma IES particular frente à sociedade. Este trabalho tem como questão norteadora a responder: Qual a importância das atividades de extensão na formação social do aluno da Educação Superior?

O objetivo geral deste estudo é descrever a importância das atividades extensionistas desenvolvidas pelo Núcleo de Extensão da Faculdade Projeção na formação social dos alunos. Para tanto, especificamente espera-se: (i) verificar o desenvolvimento da responsabilidade social do aluno participante das atividades extensionistas; (ii) identificar o nível de envolvimento e inserção social do aluno na comunidade; (iii) verificar o grau de desenvolvimento da consciência cidadã; (iv) descrever a relação entre as atividades extensionistas e os conteúdos teóricos do curso.

A escolha do tema deu-se em razão do envolvimento da pesquisadora com atividades extensionistas desde 2002, ainda durante a sua graduação, e pela sua experiência com trabalhos voltados para a comunidade como Contadora de Histórias e como palestrante nas áreas de assentamento de reforma agrária e na Coordenação do Núcleo de Responsabilidade Social e do Núcleo de Extensão de Instituições de Educação Superior.

Em razão da extensão que *há* alguns anos vem ganhando espaço como missão da IES, inserindo a faculdade na sociedade refletindo o compromisso social, vez que oportuniza ao *aluno colocar em prática na comunidade o aprendizado adquirido em sala de aula, aprendendo novos saberes que contribuem para sua formação social, optou-se pelo aprofundamento do estudo sobre a temática.*

Ressalta-se, diante desse contexto, que a interdisciplinaridade se torna efetiva por meio da extensão, como também as trocas de saberes e as experiências adquiridas reafirmam a extensão como ponte entre a IES e a sociedade, além de preparar o aluno para desempenhar seu papel de cidadão fortalecendo sua formação social, o que destaca socialmente a relevância do tema.

A prática dos alunos e as necessidades da comunidade efetivam a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, sendo que a extensão mostra-se como ferramenta de formação profissional indispensável à formação social do aluno capaz de reconhecer os problemas da sociedade e influenciar na resolução de seus problemas ou resolvê-los.

Destaca-se a importância de a IES consolidar a prática de extensão, de modo a possibilitar a constante busca do equilíbrio entre as demandas socialmente exigidas e as inovações que surgem do trabalho acadêmico.

Desta forma, justifica-se a pesquisa por se torna imperativo compreender a importância das atividades de extensão na formação social do aluno da Educação Superior, identificar o nível de desenvolvimento e inserção social, o grau da consciência cidadã e a relação das atividades e

os conteúdos teóricos do curso.

Por fim, a importância acadêmica do estudo está em descrever a importância das atividades de extensão na formação social do aluno da Educação Superior desenvolvidas em uma IES privada, contribuindo para a produção científica na área da extensão privada.

Extensão – Um pouco de história

Segundo Rocha (2001), relatos de autores cientificam que a extensão universitária iniciou-se na Idade Média, em Portugal por volta dos anos de 1269, a qual tinha caráter religioso que mais tarde foi incrementado pelos jesuítas que deram origem ao extensionismo na América Latina. Na Inglaterra surge na metade do século XIX com a ideia de Educação Continuada e momentos depois nos Estados Unidos com a característica de prestação de serviços nas áreas rurais e urbanas. O autor acrescenta que o extensionismo tem uma história longa e associada à origem das Universidades europeias. E em sua análise sobre a Universidade de Bolonha, mostra que:

Sem sermos benignos, logremos sem dúvida afirmar que, por ser influxo na sociedade, a alma mater medieval desempenhou igualmente um papel de extensão, porque irradiou a cultura para fora de seus muros mediante os profissionais que trabalhavam nos diversos segmentos da sociedade (BOHNEN; ULLMAN, 1994, p. 304).

Os primeiros sinais da prática da Extensão Universitária no Brasil datam de meados de 1911, iniciando com características de dois modelos: trabalhos focados para a promoção do desenvolvimento rural do país, “na maioria das vezes desvinculadas da educação superior” (NOGUEIRA, 2001, p. 17), e na antiga Universidade de São Paulo, criada em 1911, registram-se cursos e conferências gratuitos, abertos a população em geral (NOGUEIRA, 2001).

Segundo Freitas, Mariz e Cunha Filho (2010), no contexto da realidade brasileira, apesar de sua recente institucionalização, compreendeu a extensão universitária por meio de uma diversidade de práticas e conceitos. Dentre os mais significativos, destacam-se aqueles decorrentes do Movimento de Córdoba, iniciado na Argentina em 1918, que propunha a extensão como a função social da universidade; aquela construída pelo Estatuto das Universidades Brasileiras, a partir de 1930, como um projeto de inserção cultural; aquela definida pelo Regime Militar, no período de 1964, como prestação de serviços; ou, ainda, aquela promulgada pela Constituição Federal, em 1988, como uma atividade fim da universidade.

Síveres (2013) acrescenta que no momento atual, além de reconhecer a importância de todas essas iniciativas, bem como, de percebê-las atuantes nas instituições educativas, é oportuno categorizar a extensão como um processo de aprendizagem.

Mazzilli (2011) ressalta que o ideário proclamado no Manifesto de Córdoba, apresenta um conjunto de pleitos que se configuram como definição de uma nova identidade para a universidade, ao redefinir para que e para quem deve servir a universidade e como se realiza.

Uma das consequências deste movimento reformista é a extensão como função da universidade a partir dos anos 1920 e 1930. No Brasil a contestação desse modelo pleiteando a incorporação da pesquisa e da extensão no rol das funções da universidade foi deflagrada na década de 1930 (MAZILLI, 2011).

Nogueira (2001), por sua vez, aponta que na primeira referência legal no Brasil sobre a extensão, estabelece que a extensão universitária deveria elevar o nível cultural geral do povo e a extensão dilatar os benefícios aos que não estão diretamente vinculados a ela, que visavam, entre outros objetivos, à solução de problemas sociais. Beneficiou, assim, a classe que já tinha acesso ao ensino superior.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 fixava as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dispunha em relação ao ensino superior no seu art. 66 que: “tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível universitário”.

Com a extensão institucionalizada pela promulgação da LDB nº 4.024, em 1961, reduz-se ainda mais a cursos ministrados por docentes e dirigidos, de modo geral, a uma clientela já ligada às universidades (NOGUEIRA, 2001).

Rocha (2001) pontua que no fim dos anos 1950, anos 1960 e a década de 1970, na América Latina, houve uma forte retomada de discussão e ações sobre a extensão universitária, em que se revia o conceito de extensão como componente de um processo de mudança social e de difusão cultural.

Vários intelectuais, entre eles, Darcy Ribeiro defendiam a extensão com missão social. No sentido de construção e reconstrução do conceito de extensão. Paulo Freire produziu uma obra, um verdadeiro divisor de águas no que se refere à conceituação de extensão universitária. Para Freire, extensão tem caráter de imposição cultural, pouco favorável ao diálogo, representaria o encontro das pessoas que julgam saber muito, donos dos conhecimentos - no caso, o extensionista - com pessoas que julga que nada sabem, ou seja, as populações com quem trabalha (ROCHA, 2001).

Rocha (2001) acrescenta que as análises de Freire levam à preposição de substituição do conceito de extensão pelo conceito de comunicação, que segundo ele não teria essa característica dominadora e bancária entre os parceiros de extensionismo conforme assinala:

(...) o conhecimento não se estende de quem julga sabedor até aqueles que se julga não saberem, o conhecimento, se constitui nas relações homens/mundo, relações de transformações, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações (FREIRE, 1983, p.36).

Rocha (2001) afirma, ainda, que Freire não proporcionou, de fato, a substituição do termo “Extensão” por “comunicação”, mas a partir dele, o termo passa a significar uma relação conscientizadora para os parceiros da extensão – intercâmbio entre o saber sistematizado e saber popular, a extensão com ponte entre a universidade e a sociedade. O autor acrescenta que no Brasil o Ministério da Educação, o grupo que atuava na coordenação das Atividades de Extensão – CODAE tinha Freire como referência central. Mas somente nos anos 1970, que o extensionismo passará a se configurar de forma mais clara, como um Instrumento de Política Social.

Tavares (2001) pontua que o regime militar instaurado depois de 1964, fortalece as ações efetivadas por organismos da sociedade civil no domínio do social, especialmente as Universidades, com caráter de prestação de serviços assistencialistas visando à integração social das comunidades tidas como marginalizadas do processo socioeconômico recém-implantado.

Dentro desse contexto, a primeira referência à extensão encontra-se no Decreto Lei n 252, de 28 de fevereiro de 1967, que cria e define o departamento vinculado especialmente ao ensino e a pesquisa, estabelecendo em seu artigo 10: “A Universidade em sua missão educativa deverá estender a comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de Ensino Pesquisa, que lhe são inerentes” (TAVARES, 2001).

O artigo 10 do Decreto-Lei n 252/67 é a primeira referência à Extensão Universitária após o Golpe Militar de 1964. Para Souza (2001), a extensão aqui é pensada como uma das formas de execução das demais funções das IES e seu caráter mediador ou articulador começou a se tornar evidente.

Essa nova articulação Ensino, Pesquisa e Extensão, conforme Tavares (2001), dentro de uma proposta de gestão nos departamentos, nos cursos e nos centros/nas faculdades das Universidades e tendo, como proposta metodológica e política, intervir na solução de situações-problemas colocadas por setores da sociedade, que até então eram tidas apenas como receptores de um saber produzido e transmitido pela Universidade, mesmo que essa atividade estivesse prioritariamente desenvolvida sob a ótica de prestação de serviços, serviu, contraditoriamente, como paradigma de uma universidade que se assume como instituição social comprometida com toda a sociedade e não apenas com setores dominantes da população.

A LDB de n.º 5.540, de 1968, acalorou as discussões e definiu como “extensão universitária” ao normatizar em seus artigos:

Art. 20: As universidades e os estabelecimentos de ensino superior estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhe são inerentes;

Art. 40: As instituições de ensino superior:

a) Por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento.

b) Assegurarão ao corpo discente meio para a realização dos programas culturais, artísticos, cívicos e desportivos.

Souza (2001) afirma que essa Lei tornou a extensão universitária obrigatória em todos os estabelecimentos de ensino de terceiro grau. No entanto, não houve alteração alguma quanto à concepção da extensão. Permanecia a ideia de se vincular a prática extensionista à prestação de serviços. A Universidade seria cobrada a executar seu papel social por meio da extensão, do ensino e da pesquisa, de modo a promover o bem-estar da comunidade. Souza (2001) conclui que o artigo 40 da LDB n 5.540, de 1968, permitiu à brecha de se estender a extensão

como uma atividade opcional por parte das Universidades e muito mais uma atividade social executada por estudantes.

Ressalta-se que em 1975, o MEC elabora a primeira política de Extensão Universitária no Brasil, que, segundo Nogueira (2001), foi o Plano de Trabalho de Extensão Universitária, que embora concebido sob forte controle de censura, apresenta um significativo avanço conceitual de extensão. O Plano de Trabalho de Extensão Universitária se constitui em importante marco político para o MEC que, com ele, assegura para si a competência de propor a política de Extensão para as universidades brasileiras. O Plano traz um conceito de Extensão que supera todos aqueles encontrados nas legislações anteriores.

A Extensão é a forma através da qual a Instituição de Ensino Superior estende sua área de atendimento às organizações, outras instituições e populações de um modo geral, delas recebendo influxo no sentido de retroalimentação dos demais componentes, ou seja, o ensino e a pesquisa. (BRASIL, MEC/DAU, 1995, p. 1).

Tavares (2001) complementa que na década de 1980 ocorre, com o fortalecimento da sociedade civil, uma nova concepção de universidade baseada na redefinição das práticas de Ensino, Pesquisa e Extensão até então vigentes. Do assistencialismo passou-se ao questionamento das ações desenvolvidas pela Extensão. De função inerente a Universidade, a Extensão começou a ser percebida como um progresso que articula o Ensino e a Pesquisa, que organiza, assessorando, os Movimentos Sociais.

Conforme Tavares (2001), a conceituação assumida pelos pró-reitores no Primeiro FORPROEX Fórum de Extensão de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – 1987, o I Encontro Nacional, expressa uma nova postura da Universidade diante da sociedade. Estavam assim explicitadas:

A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade.

A extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados/acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; e a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade.

Além de instrumentalizadora desse processo dialético de teoria/prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada (FORPROEX, 1987).

Para Rocha (2001), uma das grandes vitórias do Fórum Nacional de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras, criado em 1987, foi o lançamento, em 1998, do Plano Nacional de Extensão Universitária, que consagra um conceito de extensionismo ampliado, já incorporado anteriormente pelos extensionistas universitários brasileiros. E o conceito ainda

traz elementos à troca de saberes populares e o conhecimento sistematizado da Universidade, à interdisciplinaridade, tendo, efetivamente, forte dimensão utópica.

Roquete (2005) relata que com o advento da Constituição Federal de 1988, aprofunda-se, o processo de redefinição da missão das universidades no qual o papel da extensão universitária adquire paulatinamente importância igual às do ensino e da pesquisa. No período entre a nova Constituição e a edição da LDB em 1996, o ambiente universitário é perpassado e marcado pela invasão de novas questões que modificam os eixos orientadores da pesquisa.

Temas como a contaminação ambiental e, entre outros, começam a ser percebidos e tratados com metodologia científica da melhor qualidade, o que permite resultados proveitosos para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida da população (ROQUETE, 2005).

Roquete (2005) aponta, ainda, que ao longo da década de 1990, toma forma uma universidade mais consciente de sua responsabilidade para com o desenvolvimento da sociedade e mais próxima da realidade social que a cerca. E deve-se ressaltar que, ao trabalho do sistema público de ensino superior, foi associado o esforço das instituições educacionais privadas que, em função de sua natureza e por decisão política passaram a fomentar o papel social da academia, dele fazendo mecanismo privilegiado de comunicação com o seu entorno.

Em consonância com a LDB - Lei nº 9.394/96, o (PNE) Plano Nacional de Educação - Lei nº 10.172/2001, constitui como objetivos e metas no que desrespeita a Educação Superior à institucionalização de diversificado sistema de avaliação interna e externa que englobe os setores público e privado, e contribua para a melhoria da qualidade do ensino, da extensão, da pesquisa e da gestão acadêmica. E a Extensão é institucionalizada a oferta de cursos de extensão, em todas as instituições federais de ensino superior, no quadriênio 2001/2004, assegurando que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no país sejam reservados para a atuação dos estudantes em ações extensionistas.

Calderón (2007) afirma que o primeiro movimento de organização da extensão no Brasil nasceu com o Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras, sua grande contribuição foi na organização conceitual da extensão, afastando-a, definitivamente, da conotação assistencialista.

No final da década de 1990, agregou-se a este cenário o Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e IES Comunitárias, congregando instituições particulares com características e especificidades próprias que englobam o universo comunitário, confessional e filantrópico. Somente no ano de 2003, que segmentos das IES particulares que não se incluíam nos outros fóruns existentes instituíram o Fórum de Extensão das IES Brasileiras. No ano de 2006 alterou seu estatuto, para Fórum de Extensão das Instituições de Educação Superior Particulares, tornando-se um espaço de discussões desse seguimento educacional (CALDERÓN, 2007).

Para Calderón (2007), acredita-se que, para que as IES possam dar respostas concretas aos desafios impostos para o desenvolvimento do país, são essenciais o encontro e o diálogo institucional entre as IES estatais e as particulares como um todo. As instituições precisam se conhecer e se reconhecer; compreender suas realidades, suas potencialidades e limitações; superar o maniqueísmo estatal *versus* particular.

Calderón (2007), ainda, destaca que a visão adotada pelo MEC reflete o entendimento sobre extensão universitária elaborado pelas universidades estatais por meio do Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras, não incorporando outros posicionamentos, como o das IES particulares, tanto as comunitárias quanto aquelas com ou sem fins lucrativos.

Jezine (2001) diz que o conceito de extensão universitária tem privilegiado a perspectiva histórica, assinalando sua origem e institucionalização. No Brasil, a Extensão forma-se influenciada pela ideia de levar o conhecimento ao povo, mas se consolida a partir da prática da Universidade Multiversidade, a partir da oferta de cursos de extensão que devem transmitir o saber técnico aos desinformados, constituindo-se uma prestação de serviços à comunidade.

A Política Nacional de Extensão é pactuada pelas Instituições Públicas de Educação Superior, reunidas no Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), tendo como referência o Plano Nacional de Extensão, publicado em novembro de 1999. O documento Política Nacional de Extensão Universitária aprovado em maio de 2012, e apresentado no XIII Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa das IES Particulares e (FORPROEXP) VII Encontro Nacional do Fórum de Extensão das IES Particulares, 2012, conceitua extensão como:

A extensão universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, cujo processo é interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FORPROEXP, 2012, p. 15).

O FORPROEXP (2012) destacou que a comunidade local e a escola possuem várias demandas, espaços de troca de saberes que gera produção de conhecimentos, ao serem viabilizadas pela extensão enriquecem o processo de ensino-aprendizado, bem como a transferência de saberes, tornando-o mais rico e eficaz na produção do conhecimento; quando se faz extensão se faz pesquisa. Ressalta, ainda, que a extensão institucionalizada com recursos humanos, financeiros e bem elaborada tem condições de gerar impacto na comunidade e no aluno.

Jezine (2004) afirma que no início do século XXI a institucionalização de uma extensão verdadeiramente acadêmica exige, naturalmente, uma intensa articulação interna e externa; tanto na formulação de uma política pedagógica onde de fato a indissociabilidade entre a extensão, o ensino e a pesquisa se materializem; quando na formulação de parcerias de dimensão interinstitucional, e na integração com os agentes sociais dos projetos de extensão.

Assim, alicerçado no princípio da extensão como um processo educativo, os projetos de extensão baseados na concepção acadêmica objetivam relacionar os diversos saberes, em uma íntima relação da produção do conhecimento com a realidade social.

Responsabilidade Social

Calderón (2005) menciona que embora para o senso comum e a opinião pública em geral, a responsabilidade social seja sinônimo de filantropia empresarial, vantagens competitivas e marketing social, para um grupo de empresários reunidos no Instituto Ethos de Empresas e

Responsabilidade Social, tornou-se sinônimo de uma nova forma de gestão empresarial e não mera filantropia empresarial.

O conceito de responsabilidade social, juntamente com o conceito de compromisso social, diz respeito às discussões sobre a função social das IES na sociedade brasileira. Já a extensão é uma das três atividades universitárias, juntamente com o ensino e a pesquisa, que possibilitem que as IES, cumpram sua responsabilidade social.

Os conceitos mais aceitos no mundo empresarial, no entanto, são os adotados pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas – na norma brasileira de responsabilidade social – a ABNT NBR 16001:2004 – e pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. São mais aceitos por serem conceitos relacionados à prática da implantação da responsabilidade empresarial, uma vez que estão ligados a ferramentas de planejamento, gestão e avaliação responsável das empresas (SIMÕES; FERREIRA, 2008. p, 28).

Para a ABNT, a responsabilidade social empresarial é a “relação ética e transparente da organização com todas as suas partes interessadas, visando ao desenvolvimento sustentável”. Para o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, a responsabilidade social implica práticas de diálogo e engajamento da empresa com todos os públicos ligados a ela a partir de um relacionamento ético e transparente (SIMÕES; FERREIRA, 2008. p, 28).

Na literatura temática, o conceito de responsabilidade social empresarial se associa, frequentemente, a uma ampla gama de significados diversos. Os conceitos adotados na prática, por outro lado, reforçam alguns aspectos comuns: a relação da empresa com todas as partes interessadas ou *stakeholders*; a relação/diálogo ético e transparente; e a contribuição deste processo com o desenvolvimento sustentável (SIMÕES; FERREIRA, 2008).

A responsabilidade social é indicador de avaliação nos instrumentos de avaliação do Ministério da Educação considerada especialmente no que se refere à contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, para reduzir as desigualdades regionais, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural (BRASIL, 2004).

Responsabilidade social na Educação Superior, alega Calderón (2013), é uma temática em ascensão e que tem gerado a preocupação dos pesquisadores a partir da aprovação e implantação do SINAES.

Conforme Rosetto e Brito (2013), o conceito de responsabilidade social da IES apresenta uma amplitude reflexiva, com características subjetivas, que expressa uma qualidade abstrata e depende exclusivamente da visão, percepção, vivência do dirigente naquele momento e representando as mais diversas organizações que reproduzem a imagem da educação superior brasileira.

Inserção social na comunidade

A compreensão da realidade social e o entendimento da problemática como movimento dialógico entre a teoria e a prática, a troca de experiências e de saberes, a busca de alternativas para a realidade comunitária e o comprometimento com os excluídos, manifestada pela responsabilidade social, são alguns atributos de uma aprendizagem extensionista (SILVERES, p. 15, 2008).

Segundo Martins (2000), não se pode ver a extensão como uma simples atitude de solidariedade, e sim como um ato que gira em torno de valores éticos, sociais e ambientais. Desenvolver atitudes voltadas para o bem comum é uma transferência de valores, onde a pessoa compartilha momentos e vivências/experiências.

É importante destacar que, ao desempenhar qualquer atividade neste meio, promovem-se habilidades que são essenciais para o ser humano e que devem estar presentes no bom profissional, a exemplo da empatia, desenvolvimento interpessoal, espírito de equipe, capacidade organizadora e a própria capacidade de liderar. Incorpora a dimensão dos quatro pilares da educação: o “aprender a aprender”, o “aprender a fazer”, o “aprender a conviver”, e o “aprender a ser” (MARTINS, 2000).

Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Na caracterização da universidade como uma ambiência de aprendizagem, a extensão universitária tem um papel importante a desempenhar, na medida em que a sua relação com os saberes potencializa a autonomia dos sujeitos, a emancipação das comunidades e a soberania da população (SIVERES, 2010). Dessa forma, a extensão constitui-se numa atmosfera propícia para acolher, cuidar e desenvolver conhecimentos que, por sua vez, estão vinculados ao processo educativo (SIVERES, 2010).

Siveres (2010) ainda caracteriza a extensão como um percurso aprendente que revela o compromisso que a universidade tem com uma formação acadêmica de nível superior, com uma energia sistêmica que posiciona a instituição de forma integrada na sociedade e com um processo de responsabilidade sociocomunitária.

Esse movimento pode otimizar o processo educacional, potencializar a energia relacional e fortalecer a inserção social, contribuindo para qualificar a extensão como um princípio de aprendizagem (SIVERES, 2010).

Consciência cidadã

Segundo Dallari (1998, p. 14):

“A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social”. (DALLARI, 1998. p.14).

A Extensão Universitária um auxiliar útil, de referência para a formação do profissional cidadão, é imprescindível sua efetiva interação com a sociedade, seja para se situar

historicamente, para se identificar culturalmente e/ ou para referenciar sua formação técnica com os problemas que um dia terá de enfrentar (ROCHA, 2012).

A extensão, entendida como prática acadêmica que interliga a universidade nas suas atividades de ensino e de pesquisa com as demandas da maioria da população, possibilita essa formação do profissional cidadão e se credencia cada vez mais junto à sociedade como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes (ROCHA, 2012).

Nessa perspectiva, o compromisso social da universidade reside no estabelecimento de:

(...) ações de promoção e garantia de valores democráticos, da igualdade e desenvolvimento social, notadamente [das que resgatam] a cidadania como valor norteador da práxis universitária e [priorizam] as atividades direcionadas à luta contra a dependência econômica, cultural e política (NOGUEIRA, 2000, p. 19).

Relação entre extensão e conteúdos teóricos

Entre as recomendações das Diretrizes Curriculares Nacionais, parecer CES/CNE nº 0146/2002, destaca-se a contemplação de orientações para as atividades de estágio e demais atividades que integrem o saber acadêmico à prática profissional, incentivando o reconhecimento de habilidades e competências adquiridas fora do ambiente escolar. Acresce que as atividades complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos, atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Os conteúdos trabalhados nas atividades de extensão devem estar em acordo com o FORPROEX (comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção e trabalho) e são propostos para que cada aluno apresente dentro de sua área de formação uma oficina para a comunidade.

Jezine (2004) aponta que a confirmação da extensão como função acadêmica da universidade não passa apenas pelo estabelecimento da interação ensino e pesquisa, mas implica a sua inserção na formação do aluno, do professor e da sociedade, na composição de um projeto político-pedagógico de universidade e sociedade em que a crítica e autonomia sejam os pilares da formação e da produção do conhecimento.

Tarefa que se torna desafiante para a extensão, pois sem ter a função específica do ensino deve ensinar, sendo elemento de socialização dos conhecimentos. E sem ser pesquisa, deve pesquisar para buscar os fundamentos das soluções dos problemas da sociedade. Nesse sentido, a interação ensino-pesquisa-extensão é o pilar que alicerça a formação humana/profissional, bem como a interação universidade e sociedade, no cumprimento da função social da universidade (JEZINE, 2004).

Destaca-se que o contato com a comunidade levam os alunos a refletirem sobre a dicotomia entre a teoria e a prática acadêmica e a atividade na comunidade leva os alunos entrarem em contato com a realidade social.

Estratégia metodológica

A definição da metodologia a ser utilizada partiu do problema levantado, que consiste na investigação acerca da importância das atividades de extensão na formação social do aluno da educação superior, buscando descrever a importância das atividades extensionistas desenvolvidas pelo Núcleo de Extensão da Faculdade Projeção na formação social dos alunos, principalmente na visão dos alunos a partir dos resultados obtidos nos questionários aplicados.

Portanto, a metodologia de pesquisa adotada para a elaboração dessa pesquisa é a qualitativa, com a elaboração de um roteiro de perguntas abertas que foi entregue aos entrevistados para responder.

Esta pesquisa pode ser considerada de natureza exploratória, pois este tipo de pesquisa tem como objetivo a formulação de questões ou de um problema – aprimoramento de ideias ou de descobertas – com a finalidade de “desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 187).

Nessas pesquisas usam-se procedimentos específicos para coleta de dados com a finalidade de análises de conteúdos para extrair generalizações com o propósito de produzirmos conceitos que servirão para operacionalizar os estudos subsequentes.

Os participantes dessa pesquisa foram 20 estudantes da graduação que desenvolveram atividades extensionistas entre os anos de 2011 a 2013, em uma faculdade privada localizada na região administrativa de Taguatinga, no Distrito Federal.

Marconi e Lakatos (2003, p. 26) preceituam que ao elaborar um trabalho científico deve-se “observar a estrutura de todo o trabalho científico”, pois conforme a formulação do tema escolhido deve-se empregar uma metodologia específica e apresentar questões sintéticas, para que por meio de uma fundamentação lógica seja possível expor e demonstrar as principais ideias do trabalho proposto.

Sendo assim, para atender aos objetivos desta pesquisa, fez-se necessário uma investigação empírica para coleta de dados. Na primeira parte do trabalho foi feita uma revisão bibliográfica, que levantou o embasamento necessário para busca de solução ao questionamento abordado.

Partindo desse pressuposto, foi elaborada, na segunda etapa, um roteiro de entrevista para pesquisa de campo, por meio da qual se analisou a compreensão dos alunos entrevistados sobre a importância das atividades de extensão na formação social do aluno da educação superior.

O método utilizado para a coleta dos dados desta pesquisa foi um roteiro de entrevista com questões abertas, onde aos entrevistados tinham a possibilidade de apresentar respostas diversas, proporcionando uma melhor análise dos dados.

De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 186) a pesquisa de campo é “utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles”.

A partir dos resultados obtidos nos roteiros de entrevista aplicados para os alunos extensionistas, foi feita a análise e no centro temático comum encontrado de cada resposta, sendo as respostas categorizadas e interpretadas mediante os argumentos de autores que discutem a questão em relevo para chegar a uma conclusão.

Discussões e resultados

A interpretação dos resultados da pesquisa, após a sua categorização por tema, são apresentados a seguir. O processo de compreensão das ações extensionistas é elucidado nesse trabalho mediante a expressão dos acadêmicos.

As respostas dos entrevistados foram tratadas a partir de um processo de categorização das respostas atribuídas em cada questão. As análises efetivadas na discussão desse trabalho compreendem o olhar para essas categorias que evocam o olhar do estudante universitário da Faculdade Projeção Taguatinga sobre as atividades de extensão.

Os tópicos discutidos em cada questão buscaram observar a partir da visão do aluno as seguintes pontos: 1) Compreensão do papel da responsabilidade social a partir da participação das atividades de extensão; 2) O processo de inserção da dimensão social na comunidade na perspectiva do aluno; 3) Emergir da consciência cidadã após as atividades de extensão; 4) Envolvimento e desempenho nas ações interdisciplinares; 5) A relação entre as atividades extensionistas e os conteúdos teóricos do curso; 6) A importância da extensão na formação acadêmica. A partir de cada tópico emergiram categorias que compuseram o processo de análise. Apresentam-se, a seguir, as cinco categorias de respostas de maior representatividade em todas as questões, como meio de aprimorar o processo de análise e discussão.

Papel da responsabilidade social a partir da participação das atividades de extensão

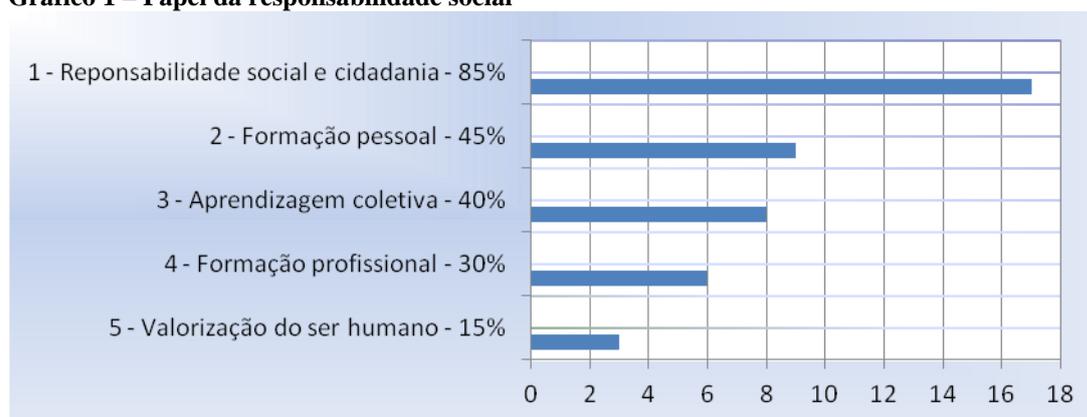
A primeira questão procurou compreender o papel da responsabilidade social a partir da participação das atividades de extensão.

Essa questão buscou verificar se o universitário da Faculdade Projeção após participarem das atividades extensionistas obteve ou adquiriu a compreensão de que o exercício da responsabilidade social deve estar atrelado à formação do estudante da educação superior.

Diante dessa reflexão, observou-se que os estudantes apresentaram em suas respostas as seguintes principais categorias ao elucidar a compreensão do papel da responsabilidade social a partir das atividades de extensão: 1) Cidadania e Responsabilidade Social 2) Formação

peçoal; 3) Aprendizagem coletiva; 4) Formação Profissional; 5) Valorização do ser humano; 6) Fortalecimento da postura ética e moral; 7) Cuidado com a preservação do meio ambiente; 8) Experiência acadêmica; 9) Promoção de novas aprendizagens profissionais; 10) Preparo para o mercado profissional; 11) Consciência de Direitos e Deveres; 12) Experiência em atividades multidisciplinares; 13) Importância do processo de formação para as atividades extensionistas; 14) Convivência com os demais universitários; 15) Fortalecimento da identidade pessoal e da comunidade. O Gráfico 1 apresenta as categorias de maior representatividade nesse tópico: 1) Cidadania e Responsabilidade Social, 85%; 2) Formação pessoal, 45%; 3) Aprendizagem coletiva, 40%; 4) Formação Profissional, 30%; 5) Valorização do ser humano, 15%.

Gráfico 1 – Papel da responsabilidade social



Fonte: Dados da pesquisa.

Diante do gráfico 1, verifica-se, acerca da categoria 1, que 85% dos alunos compreenderam o papel da sua responsabilidade social como a exercício do seu compromisso social e de sua cidadania, demonstrando que a participação de acadêmicos em atividades de extensão geram mudanças no comportamento. Essa proposição corrobora a posição de Silva (2011), ao dizer que toda atividade de extensão tem uma visão comunitária; aspecto esse que contempla a dimensão da responsabilidade social.

Na segunda categoria, 45% dos alunos posicionaram que atividades extensionistas contribuíram para sua formação pessoal, esse aspecto contempla a ação transformadora com o contato com a comunidade, além dos processos de identificação da história de vida dos moradores com a própria história de vida do universitário.

A terceira categoria posiciona a contribuição com a formação profissional, sendo que 40% dos estudantes observaram esse crescimento. Destaca-se que esse dado foi reforçado nas outras questões discutidas junto aos acadêmicos, o que confirma a ideia de que não são somente os limites circunscritos da sala de aula que promove o processo de aprendizagem (NOGUEIRA, 2000).

A quarta categoria, em que 30% posicionaram a relação de valorização do ser humano e a quinta, onde 15% dos alunos elencaram a contribuição da extensão para a destreza de uma postura ética e moral, contemplam a relação de que a partir do contato com a comunidade, além da imersão dos acadêmicos no cotidiano das histórias e vivências dos acadêmicos com as histórias de alegrias e sofrimentos com as pessoas que residem nas localidades beneficiadas pelas as atividades extensionistas emergem a valorização do ser humano, bem como de uma postura ética e moral a favor da coletividade.

Apesar das demais categorias não terem tido maior ênfase pelos acadêmicos, destaca-se a categoria em que se reforça o reconhecimento por parte dos alunos da FAPRO, a iniciativa do Núcleo de Extensão em organizar um espaço de formação para melhor aproveitamento do processo de imersão desses acadêmicos no âmbito comunitário, a fim de promover o processo de ensino e aprendizagem por vias da extensão.

Observa-se, segundo Silva (2011), que a extensão contribui com um processo norteador do protagonista da formação em prol do universitário por meio da reflexão sobre o papel de sujeito social imbuído em meio à consolidação de um futuro profissional.

Processo de inserção da dimensão social na comunidade

A segunda questão abordou o processo de inserção da dimensão social na comunidade na perspectiva do aluno.

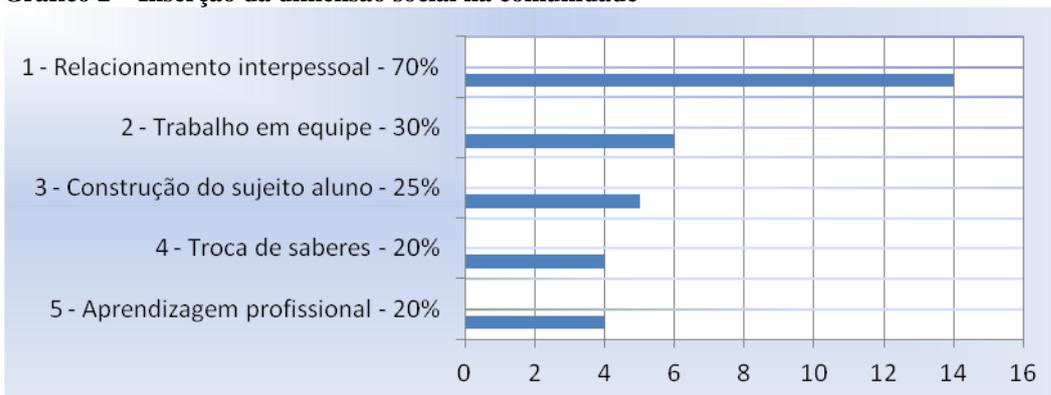
Essa questão procurou apurar a percepção dos participantes da pesquisa sobre sua inserção social na comunidade e nos permitiu afirmar que o nível de envolvimento dos alunos com a comunidade proporcionou a habilidade da convivência e a formação humanística pelo fato de estarem inseridos na realidade social e a fim de contribuir com (re) soluções para os seus problemas.

Nas palavras de Souza (2011, p. 253):

A extensão universitária deve despertar a necessidade no indivíduo de aprender a ler o mundo, olhá-lo, interpretá-lo e ressignificar sua vida, a do seu entorno e a da própria humanidade. Essa relação dialética entre o sujeito e a história não vem sendo apenas um instrumento a mais de transmissão ou transferência de técnicas ou conhecimentos, mas, além disso, de transformação e de construção social (SOUZA, 2011, p.253).

As categorias que esclarecem o processo de inserção da dimensão social na comunidade na perspectiva do aluno foram: 1) Relacionamento interpessoal; 2) Trabalho em equipe; 3) Construção do sujeito, aluno, e na transformação pessoal; 4) Troca de saberes; 5) Aprendizagem profissional não restrita aos conteúdos científicos do curso, além da sala de aula; 6) Identificação do aluno com os problemas da comunidade; 7) aquisição dos valores éticos. 8) Consciência Política, cidadania e respeito pela comunidade; 9) O interesse por vivenciar novas experiências extensionistas; 10) Aprendizagem dos processos de planejar e executar atividades e orientações técnicas.

O Gráfico 2 apresenta as categorias de maior representatividade nesse tópico: 1) Relacionamento interpessoal, 70%; 2) Trabalho em equipe, 30%; 3) Construção do sujeito, aluno, e na transformação pessoal, 25%; 4) Troca de saberes – científico e popular, 20%; 5) aprendizagem profissional não restrita aos conteúdos científicos do curso, além da sala de aula, 20%.

Gráfico 2 – Inserção da dimensão social na comunidade

Fonte: Dados da pesquisa.

O Gráfico 2 permite compreender que na categoria 1 o nível de envolvimento dos alunos com a comunidade foi de grande valia para sua formação pessoal e profissional, tendo em vista que 70% desenvolveram a comunicação interpessoal, suas competências e habilidades com a transmissão de informações, orientações e na reconstrução do conhecimento, tornando potente o conhecimento, aperfeiçoando práticas, promovendo aprendizados significativos. Conforme Freire (1982), o conhecimento é uma ação transformadora, na qual o aprender é um desafio fundamental à constituição do saber.

Na segunda categoria, situou o trabalho em equipe, 30% dos alunos revelou que o trabalho em grupo contribui para o bom desempenho dos relacionamentos interpessoais, o aprendizado coletivo e que a vivência em grupo os deixaram mais solidários.

Na terceira categoria, 25% dos alunos apontaram o saber ouvir e falar em público, ser tolerante, se colocar no lugar do outro, conviver com pessoas diferentes, pensar diferente, pensar nos outros e ter consciência de que os extensionistas estavam ali para auxiliar e fazer o possível para o bem de todos, beneficiaram a construção do sujeito diante da sociedade, tornando-os mais humanos.

Deste modo, Almeida (2011) enfatiza que a extensão universitária, enquanto espaço de ações comunitárias significativas ao acadêmico, pode contribuir para a aproximação da universidade com a realidade de seu tempo, de sua gente, de suas causas e fazer sentido nos currículos acadêmicos e na formação de profissionais capazes de olhar para o outro, de entender o outro e de aprender a conviver com o outro. As ações comunitárias, empreendidas nesse sentido, têm grande contributo para a construção de um mundo melhor para todos.

Na quarta categoria, 20% dos acadêmicos sinalizaram que a troca de saberes para o contato com alunos de outras áreas do conhecimento favorece a discussão de variados pontos de vista e ambos saem ganhando com os resultados que serão agregados à formação profissional. Ainda, acrescentaram que as trocas do conhecimento acadêmico com o popular multiplicam os conhecimentos, enriquecem a construção do trabalho coletivo e agregam transformações nas pessoas e no social.

Na quinta categoria, para 20% dos alunos a inserção na comunidade favoreceu a aprendizagem profissional não restrita aos conteúdos científicos do curso, mas além da sala, favorecendo o respeito pela comunidade, o exercício da cidadania e o olhar do acadêmico e profissional para os problemas sociais.

Destaca-se, ainda, entre as categorias apontadas pelos acadêmicos, porém com menores percentuais, que alguns alunos se identificaram com os problemas da comunidade e ao se reconhecerem junto aos seus pares sentiram-se incluídos na comunidade. Esse evento merece destaque, pois, pressupõe-se que a IES ao atender alunos oriundos das classes sociais C e D realiza a inclusão social, uma ação afirmativa, atendendo a igualdade de oportunidades e promovendo o bem-estar de todos, como rege a Constituição Federal de 1988. Ou seja, alguns alunos além de se identificarem com os problemas da comunidade, ainda fazem parte destas comunidades e também de seus problemas.

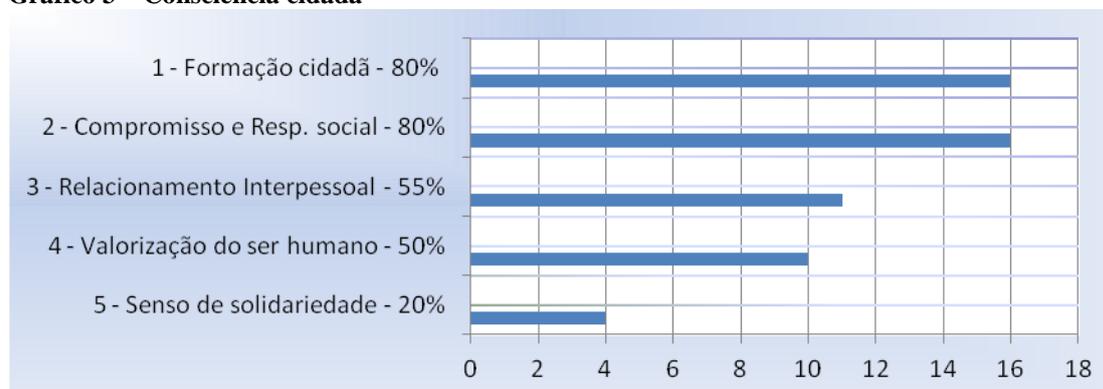
Consciência cidadã após as atividades de extensão

A terceira questão discutiu a emersão da consciência cidadã após as atividades de extensão. Essa questão procurou mensurar o grau da consciência cidadã dos acadêmicos após atividades de extensão. Os relatos confirmam que se elevou o grau de consciência cidadã dos estudantes depois das atividades extensionistas. Esta experiência, a partir da extensão é relevante no contexto da formação acadêmica porque nela está contida a ideia de construção de uma sociedade, justa e solidária, vez que instiga a necessidade de desenvolvimento, integração nacional e o preparo dos universitários para a cidadania (SANTOS; MENDES, 2005).

As categorias que nomeiam o grau da consciência cidadã dos acadêmicos após as atividades de extensão foram: 1) Sentimento de ser cidadão; 2) Compromisso social e responsabilidade social; 3) Relacionamento interpessoal; 4) Valorização do ser humano; 5) Senso de solidariedade; 6) Formação pessoal; 7) Fortalecimento da postura ética e moral; 8) Formação profissional; 9) Experiência acadêmica; 10) Consciência de Direitos e Deveres; 11) Preservação do meio ambiente; 12) Aprendizagem profissional não restrita aos conteúdos científicos do curso, mas vivencial (além da sala de aula).

O Gráfico 3 apresenta as categorias de maior representatividade nesse tópico: 1) Sentimento de ser cidadão, 80%; 2) Compromisso e responsabilidade social, 80%; 3) Relacionamento interpessoal, 55%; 4) Valorização do ser humano, 50%; 5) Senso de solidariedade, 20%.

Gráfico 3 – Consciência cidadã



Fonte: Dados da pesquisa.

Percebe-se que na categoria 1 que 80% das respostas dos alunos afirmam que o sentimento de pertencimento e o orgulho de ser brasileiro cresceu, bem como os anseios de fazer um Brasil melhor, contribuindo para melhoria da qualidade das pessoas. Os alunos, depois de

vivenciarem seu papel de cidadãos atuante na sociedade desabrocharam o olhar coletivo e a preocupação para com os outros.

Na segunda categoria, observa-se que 80% dos alunos elegeram o compromisso e responsabilidade social dos acadêmicos em defender as políticas públicas para a melhoria da comunidade a necessidade de mudanças. Para eles, a conscientização implica em que se ultrapasse a esfera espontânea de apreensão da realidade, onde, só ficam cientes das condições de vida e das adversidades existentes nestas comunidades, ou seja, de sua realidade, se estiverem no local e observarmos as necessidades pessoalmente.

Para Síveres (2013), a vivência ao possibilitar o instante vivido como um processo inerente à condição humana assume a acolhida, a corporalidade e a transcendência como condições mais favoráveis para desencadear a formação humana, profissional e cidadã.

Na terceira categoria 55% dos discentes assinalam que a convivência com pessoas com valores, costumes e crenças diferentes favoreceram a aquisição de novos conhecimentos e a resignificação dos mesmos, os quais foram agregados aos saberes acadêmicos, internalizando nestes alunos aprendizados como mudança de valores e respeito ao próximo.

Martins (2008) posiciona que mais do que colocar o aluno em contato com a realidade social; mais que cumprir as atividades complementares exigidas para formação do aluno voltada à responsabilidade social; mais do que querer se diferenciar como um empreendedor social ou pretender formar um cidadão, a participação efetiva em projetos de extensão de ações sociais pretende possibilitar a vivência do amor, o conhecimento de si mesmo e do outro.

Na quarta categoria 50% dos acadêmicos ao se colocarem no lugar do outro, reconheceram a importância de lutar para que os direitos fundamentais e sociais prevaleçam para todos em uma sociedade mais justa, assim, vislumbrando a importância do ser humano e os valores da igualdade.

Na quinta categoria, 20% dos respondentes consideram que as ações de extensão solidária se destacam como contribuinte da formação humanística do acadêmico e a solidariedade como uma mola propulsora para a transformação de uma sociedade na busca do bem-estar para todos.

As demais categorias, apesar de não serem destacadas no gráfico, ainda assim, são de grande relevância, pois ressaltam a importância do perfil cidadã na formação pessoal do acadêmico com uma postura ética e moral para a formação de um profissional, logo que, por meio de suas experiências acadêmicas adquiriram a consciência de seus direitos e deveres para com a sociedade.

Autoavaliação do envolvimento/desempenho com as diferentes áreas de atuação

A quarta questão abordou como o aluno avalia seu envolvimento/desempenho com as diferentes áreas de atuação que fizeram partes da(s) atividade(s) de extensão.

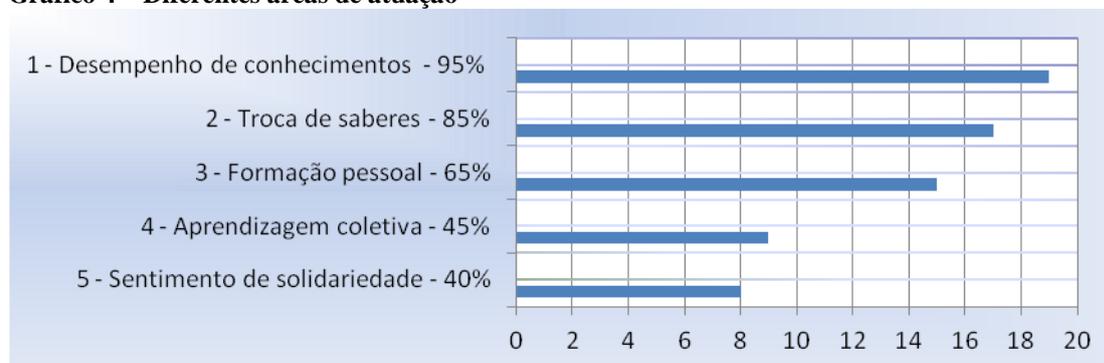
Essa questão buscou verificar a contribuição das diferentes áreas do IES participaram. Obteve-se um resultado satisfatório tendo em vista que os acadêmicos apreenderem

conhecimentos diversificados não conceituais e importantes para a formação profissional, pessoal e social. Jezine (2004) sinaliza a interação entre os diversos saberes possibilita ampliar o olhar sobre a realidade social, avançando, assim, na produção do conhecimento, o que proporciona o caráter didático pedagógico da extensão universitária como um processo educativo.

Conforme o pensamento de Jezine (2004) observou-se que os estudantes apresentaram as seguintes categorias: 1) Desempenho acrescido de diversos conhecimentos; 2) Troca de saberes, 3) Formação pessoal; 4) Aprendizagem coletiva; 5) Sentimento de solidariedade; 6) não participação dos professores na extensão.

O Gráfico 4 apresenta as categorias de maior representatividade nesse tópico: 1) Desempenho de conhecimentos, 95%; 2) Trocas de saberes, 85%; 3) Formação pessoal, 65%; 4) Aprendizagem coletiva, 45%; 5) Sentimento de solidariedade, 40%.

Gráfico 4 – Diferentes áreas de atuação



Fonte: Dados da pesquisa.

Na categoria 1, verifica-se que, de acordo com as respostas dos alunos na pesquisa, o envolvimento/desempenho se deu em 95% dos alunos, que apreenderam por meio das atividades multidisciplinares conhecimentos diversificados não conceituais, porém, importantes para os acadêmicos na construção de uma consciência social voltada para o outro e na formação do perfil de um profissional cidadão preparado para as diversidades do mercado de trabalho.

Na segunda categoria, 85% dos discentes acrescentaram que as trocas do conhecimento acadêmico com a população multiplicam os conhecimentos e agregam transformações nas pessoas e no social. Assemelham-se aos elos de uma corrente; um complementando o conhecimento do outro e todos se preparando para o desafio do mercado de trabalho. Essas trocas enriquecem os conhecimentos acadêmicos, beneficiando o fortalecimento do trabalho coletivo e a formação profissional.

Na terceira categoria, para 65% dos alunos, os trabalhos com as diversas áreas do conhecimento estimularam à reflexão e ação, agregando à bagagem dos acadêmicos, conceitos, valores e princípios, fortalecendo a formação pessoal. Também contribuiu para a conquista de práticas e aprendizados, tais como o respeito, a tolerância, a observação, falar, ouvir, a ética – o modo de ser - a convivência com as diferenças, tudo isso colaborou para a transformação pessoal e humanizada. A oportunidade de despertar a solidariedade, ajudando

peças e ao mesmo tempo retendo dessas pessoas uma sabedoria importante para o pessoal e profissional.

Na quarta categoria, 45% dos discentes destacaram que as aprendizagens coletivas proporcionaram aprendizagens mútuas e a construção da relação com os outros e com o mundo, sendo um ponto forte para o preparo e a amadurecimento para a vida profissional.

Na quinta categoria, o sentimento de solidariedade para 40% dos acadêmicos foi uma lição de vida e cidadania para toda a sua existência. O contato com a comunidade carente permitiu aos acadêmicos, reflexões em função de sua atuação social que geraram impactos na constituição do profissional pautado pela solidariedade com novas posturas e atitudes pessoais em prol de servir o outro, o próximo, sua comunidade.

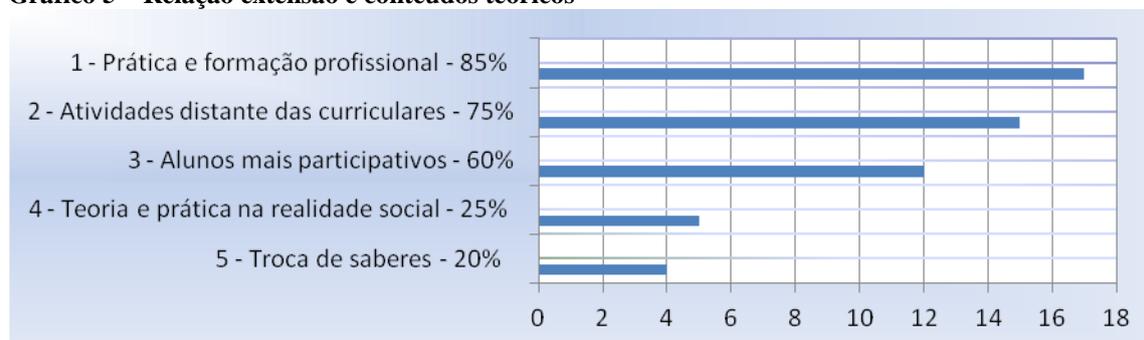
Relação entre as atividades de extensão e os conteúdos teóricos do curso

A quinta questão tratou da relação entre as atividades extensionistas e os conteúdos teóricos do curso. Essa questão buscou a relação entre as atividades de extensão e os conteúdos teóricos do curso. Para os participantes da pesquisa, as atividades de extensão viabilizaram a integração do aluno com a comunidade, preparando-o para a prática profissional, colaborando para a formação profissional - cidadã com responsabilidade e compromisso social.

Observou-se que as respostas dos estudantes apresentaram as seguintes categorias: 1) A prática do aluno e formação profissional; 2) Aluno mais participativo em sala de aula; 3) A prática e o teórico na realidade social; 4) Atividades distantes das disciplinas curriculares; 5) Troca de saberes; 6) A não participação dos professores nas atividades de extensão; 7) Produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade social; 8) colaboraram para a formação humana.

O Gráfico 5 apresenta as categorias de maior representatividade nesse tópico: 1) Prática e formação profissional, 85%; 2) Atividades distantes das curriculares, 75%; 3) Aluno mais participativo, 60%; 4) Teoria e a prática na realidade social, 25%; 5) Troca de saberes, 20%.

Gráfico 5 – Relação extensão e conteúdos teóricos



Fonte: Dados da pesquisa.

Na categoria 1, nota-se que, em 85% das respostas dos alunos, as atividades de extensão estão relacionadas com as práticas sociais e com a inserção de novos conhecimentos, pois estas práticas são fundamentais para fortalecimento da formação profissional dos acadêmicos.

A segunda categoria, 75% dos acadêmicos apresentam que as atividades de extensionistas instigaram a busca constante do saber, deixando-os mais reflexivos e críticos, acentuando uma maior e melhor participação dos em sala de aula.

Na categoria 3, a união da prática com o teórico favorece aos alunos a experimentarem, pois 60% dos respondentes exercitaram e aplicaram novos conhecimentos e aprendizagens no seu dia a dia, tanto na construção, quanto na reconstrução da realidade social contribuindo na formação do cidadão.

Na categoria 4, apenas 25% dos discentes relataram que as atividades de extensão estão distantes dos conteúdos teóricos do curso, vez que a extensão visa atender as demandas da sociedade. Contudo, as atividades extensionistas favorecem aos acadêmicos aprendizagens que a sala de aula não lhes proporcionam. A extensão favorece o conhecimento do social e as relações interpessoais, preparando o aluno extensionista para o mercado profissional.

Na categoria 5, apesar dos 20% dos acadêmicos destacarem que a intervenção na comunidade foi o grande combustível na trajetória acadêmica, ocasionando transformações em suas vidas, tanto no campo pessoal como no campo profissional.

A categoria 6 não se encontra em destaque no gráfico, mas é importante apontar que 15% dos acadêmicos sugeriram que as atividades de extensão deveriam ser contínuas e não pontuais para abrangerem um maior número de alunos, tendo em vista a importância das atividades para a vida pessoal e profissional do acadêmico.

Relevância da extensão universitária para formação acadêmica do aluno

A última questão abordou a relevância da Extensão Universitária para formação acadêmica do aluno.

Essa questão procurou verificar a extensão universitária e seu papel na formação acadêmica dos alunos participantes dessa pesquisa. Verificou-se que as atividades de extensionistas acentuaram nos acadêmicos sua cidadania e responsabilidade social, formação profissional e pessoal, o aprimoramento nas relações interpessoais e o trabalho em equipe, valorização do ser humano e diversos aprendizados por meio das atividades multidisciplinares. Nas palavras de Serrano (2010, p. 1):

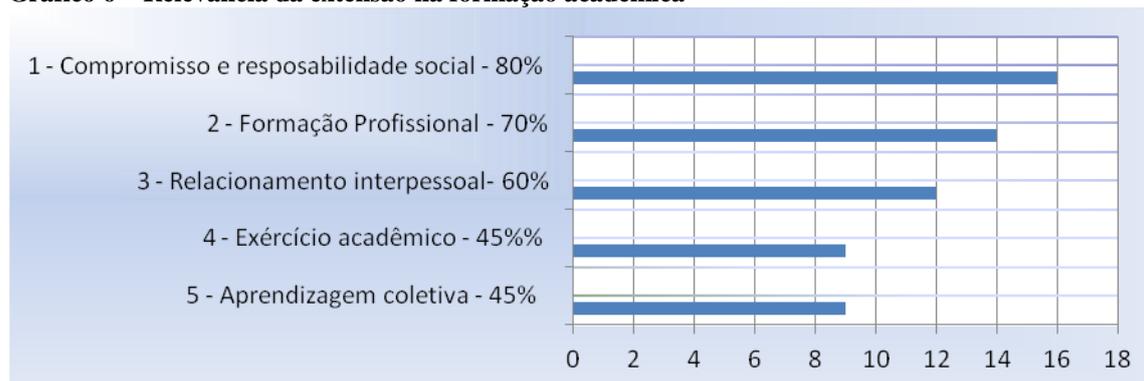
Pensar a universidade a partir de seus objetivos básicos de formação profissional, geração de novos conhecimentos e disseminação desses conhecimentos, pode-se dizer que é um processo complexo face à natureza e diversidade do trabalho acadêmico. Inserida neste contexto a extensão universitária, que apresenta uma diversidade conceitual e prática, interfere expressivamente no “pensar” e no “fazer” no interior da Universidade (SERRANO, 2010, p. 1).

Mediante essa reflexão observou-se que os estudantes apresentaram as seguintes categorias ao explanarem sobre a extensão universitária e seu papel na formação acadêmica: 1) Compromisso social, responsabilidade social, bem-estar da sociedade; 2) Formação pessoal (autorrealização); 3) Relacionamento interpessoal pautada na perspectiva acadêmica; 4) Exercício acadêmico (teoria e prática); 5) Aprendizagem coletiva; 6) Formação profissional; 7)

Promoção de novas aprendizagens profissionais; 8) Valorização do ser humano; 9) Troca de saberes; 10) Sentimento de ser cidadão, 15%; 11) Senso de solidariedade; 12) Aprendizagem profissional; 13) Preservação do meio ambiente; 14) Fortalecimento ético e moral.

O Gráfico 6 apresenta as categorias de maior representatividade nesse tópico: 1) Compromisso e responsabilidade social, 80%; 2) Formação pessoal, 70%; 3) Relacionamento interpessoal, 60%; 4) Exercício acadêmico 45%; 5) Aprendizagem coletiva, 45%.

Gráfico 6 – Relevância da extensão na formação acadêmica



Fonte: Dados da pesquisa.

Diante do Gráfico 6, verifica-se que na categoria 1, para 80% dos acadêmicos os diálogos e o convívio com a comunidade fortaleceram a prática da cidadania e o exercício da responsabilidade social ao se reconhecerem os acadêmicos como parte responsável pelo bem estar da sociedade. Segundo Rauber (2010, p. 57), “a extensão universitária pressupõe uma ação junto à comunidade [...]”. Sendo assim, as atividades de extensão universitária desvelam a importância de sua existência na relação estabelecida entre instituição e sociedade.

Na segunda categoria, 70% dos alunos afirmaram que atividades extensionistas aprimoraram os conhecimentos adquiridos em sala de aula e os adquiridos por meio da extensão contemplam a formação profissional.

A terceira categoria, 60% dos discentes assinalaram que a extensão viabiliza a transformação pessoal com a apresentação de diversos cenários da vida, levando-os a reflexão e ação, gerando transformação no pessoal, reconstruindo e construindo um novo sujeito social.

A quarta categoria, 45% dos acadêmicos posicionaram que o desenvolvimento de suas habilidades e competências nas atividades de extensão foi produtora de aprendizados significativos para a formação acadêmica os tornando mais participativos em sala de aula.

Na quinta categoria, 45% dos alunos destacaram que as atividades de extensão são exercícios acadêmicos e multidisciplinar, nos quais os alunos discutem em grupo as teorias e suas aplicabilidades na prática por meio dos diálogos com comunidade. Assim, os alunos resignificam seus conhecimentos enriquecendo os conteúdos acadêmicos.

Nas categorias que não foram destacadas no gráfico, 40% dos discentes relataram que aprenderam a valorizar o outro e a importância dos acadêmicos em contribuir com a sociedade; 20% deles elegeram a extensão como um processo importante na trajetória

acadêmica por ampliar a visão de mundo e contribuir com a formação profissional; e 10% sugeriram que devido à grandeza de suas atividades a extensão deveria ficar mais próxima da sala de aula atuando junto com a sala de aula.

Considerações finais

A extensão é uma categoria ética que permanentemente deve nortear o ensino e a pesquisa, possibilitando que as IES cumpram com sua responsabilidade social.

Para essa missão, a extensão deve propiciar a integração comunidade/alunos, contribuindo para a formação de um cidadão consciente do seu papel social e envolvido a sociedade a promover a reflexão, favorecendo sua integração, pois conforme a Lei nº 9.394/96 – LDB – em seu artigo 43, no inciso VI, a extensão deve “estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade.”

Certamente, a grande revolução necessária atualmente é elevar a extensão das IES a uma dimensão em que os alunos e a sociedade/comunidades sejam atores mais ativos e que o objetivo maior seja a construção de uma sociedade de paz, mais justa, mais humana e mais feliz, conforme enfatiza Rocha (2011).

Baseando-se na revisão da literatura na área da Extensão Universitária e levando-se em conta que as atividades de extensão são consideradas indissociáveis do ensino e da pesquisa, devem-se assumir novas posturas encarregadas na articulação entre o saber acadêmico-científico e o saber popular, deste modo, a Extensão deve pleitear a ascensão de trabalhos mais sociais e menos assistencialistas.

Assim sendo, a percepção da comunidade assistida, deixará de ser apenas receptora do conhecimento, passando também a assumir o papel de transmissor do próprio conhecimento, sendo uma cooperação entre parceiros.

As atividades de Extensão Universitária devem consistir numa experiência de integração entre os professores, os estudantes universitários e as comunidades desfavorecidas socialmente, objetivando a melhoria na qualidade de vida da população por meio de ações educativas, sensibilizando e mobilizando estas populações sobre os problemas locais, potencializando os recursos, organizando a localidade para que tenham autonomia na resolução dos problemas. Conforme Santos (2010, p. 74) “as mesmas devem ter como objetivo prioritário [...] o apoio solidário na resolução dos problemas da exclusão e da discriminação social”. Além disso, deve contribuir na formação de estudantes universitários comprometidos com a realidade brasileira.

Diante deste cenário, buscou-se argumento que direcionasse a responder a questão-problema da pesquisa, ou seja, qual a importância das atividades de extensão na formação social do aluno da Educação Superior?

A extensão, com seu cunho social, apresenta características de educação e ao mesmo tempo de sociabilidade. Para a vivência educativa e social precisa-se aperfeiçoar as capacidades com ações socioeducativas. Neste norte, tomando como base as respostas dos alunos entrevistados

para esta pesquisa, verificou-se que em suas participações nas atividades de extensão, descreveram como valores sociais aprendidos nas comunidades assistidas, a cidadania, a responsabilidade social, a construção do sujeito, a consciência dos direitos e deveres, a identidade pessoal e comunitária, a valorização do ser humano, os valores éticos e morais, a consciência política, o senso de solidariedade e a formação pessoal e profissional.

Tais valores se acentuaram a partir da convivência com as diferenças nas comunidades, com a reciprocidade das relações entre aluno/comunidade, de modo que, ao se colocarem no lugar do outro ou terem a mesma visão sobre o outro, oportunizou-os a ajudarem as pessoas menos favorecidas em comunidades desfavorecidas socialmente; compartilhando de suas tristezas e alegrias, trazendo como recompensa a “valorização do próximo” e como aprendizado o “crescimento pessoal”.

Nesse sentido, tendo-se em vista as vivências nas atividades de extensão, os alunos aprenderam a compartilhar experiências sócio-político-acadêmicas e ao mesmo tempo contribuíram para a construção coletiva da cidadania dentro da realidade social.

Conforme as respostas dos alunos nas entrevistas, foi relatado que com tais experiências, além do “crescimento pessoal”, ainda aprenderam a serem “profissionais mais humanos”. Relataram também que a realização de uma atividade de extensão oportuniza aos alunos das IES, durante o convívio com a comunidade, “uma aprendizagem coletiva e a troca de saberes” em um espaço de construção de conhecimento. Do mesmo modo, os alunos participantes exercem a sua cidadania, aprendendo a se colocarem no lugar do outro, compreendendo e respeitando suas diferenças.

Deste modo, observa-se que as atividades de extensão na formação social do aluno da Educação Superior são de suma importância, pois tais atividades determinam, beneficiam, desenvolvem e ampliam as predisposições destes alunos a aprenderem, pois a aprendizagem não está restrita somente às instituições de ensino ou aos conteúdos curriculares pré-determinados.

O objetivo de descrever a importância das atividades extensionistas desenvolvidas pelo Núcleo de Extensão da Faculdade Projeção na formação social dos alunos, foi atendido, vez que a questão buscou verificar se o universitário da Faculdade Projeção, após participarem das atividades extensionistas, obteve ou adquiriu a compreensão de que o exercício da responsabilidade social deve estar atrelado à formação do estudante da educação superior.

Observa-se que as atividades de extensão realmente contribuíram com um processo norteador da formação em prol do estudante por meio da reflexão sobre o papel de sujeito social imbuído em meio à consolidação de um futuro profissional.

O processo de inserção da dimensão social na comunidade na perspectiva do aluno procurou apurar a percepção dos participantes da pesquisa sobre sua inserção social na comunidade e permitiu afirmar que o nível de envolvimento dos alunos com a comunidade proporcionou a habilidade da convivência e a formação humanística pelo fato de estarem inseridos na realidade social e a fim de contribuir com (re) soluções para os seus problemas.

A busca de alternativas para a realidade comunitária e o comprometimento com os excluídos, manifestada pela responsabilidade social, são alguns atributos de uma aprendizagem extensionista (SIVERES, 2008).

Quanto à questão sobre emersão da consciência cidadã após as atividades de extensão, os apontamentos dos relatos dos alunos confirmam que se elevou o grau de consciência cidadã dos estudantes depois das atividades extensionistas.

Na questão sobre a avaliação envolvimento/desempenho com as diferentes áreas de atuação que fizeram partes da(s) atividade(s), obteve-se um resultado satisfatório, tendo em vista que os acadêmicos apreenderam conhecimentos diversificados não conceituais e importantes para a formação profissional, pessoal e social.

Na questão da relação entre as atividades extensionistas e os conteúdos teóricos do curso, concluiu-se que para os participantes da pesquisa as atividades de extensão viabilizaram a integração do aluno com a comunidade, o preparo para a prática profissional, colaborando para a formação profissional-cidadã com responsabilidade e compromisso social.

Por fim, nos questionamento em que o aluno consideraria relevante a Extensão Universitária para sua formação acadêmica, constatou-se que as atividades extensionistas aguçaram nos acadêmicos sua cidadania e responsabilidade social, sua formação profissional e pessoal, os aprimoramentos nas relações interpessoais e no trabalho em equipe, desenvolvendo a valorização do ser humano e diversos aprendizados por meio das atividades multidisciplinares.

Referências

ALMEIDA, Luciane Pinho de; SAMPAIO, José Hamilton. Extensão Universitária: aprendizagens para transformações necessárias no mundo da vida. **Revista Diálogos**, Brasília, v.14, 2010. Disponível em: <<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/viewFile/2926/1836>> acesso: 23 set. 2013.

BRASIL, Senado Federal. **Constituição da República do Brasil (1988)**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2007.

BRASIL. **Parecer CES/CNE nº 0146 de 03 de abril de 2002**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0146.pdf>> Acesso em: 25 ago. 2013.

BRASIL. **Portaria MEC/SESu nº 11 de 28 de abril de 2003 e nº 19 de 27 de maio de 2003**, Sistema de nacional de avaliação da educação superior Lei dos SINAES 2004.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. **Experiências universitárias, experiências solidárias**. 2. ed. São Paulo: Olho D'água, 2001.

_____. Responsabilidade social: desafios à gestão universitária. **Revista Estudos**, n 34, 2005. Disponível em: <<http://www.abmes.org.br/abmes/public/arquivos/publicacoes/Estudos34.pdf>> Acesso em: 05 abr. 2013.

_____. (Org.). **Educação superior, construindo a extensão universitária nas IES particulares**. São Paulo: Xamã, 2007.

_____. Dose premissas para a construção de uma política institucional de responsabilidade social nas IES. In. DAHER, Ana Carolina (Org.) **Revista responsabilidade social** – Ano 3, n. 3- . – Brasília: ABMES, 2008.

_____. Responsabilidade social da educação superior: breve balanço da produção científica brasileira (1990-2009). In HORTA, Cecília Eugênia Rocha (Org.). **Revista responsabilidade social** – Ano 6, n. 6-. - Brasília: ABMES, 2013.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos humanos e cidadania**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1998.

FREIRE, Paulo; **Extensão ou comunicação**. 7. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

_____, **Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa**. 9. Ed. Paz e Terra, 1998.

JEZINE, Edneide Mesquita. Multidiversidade e extensão universitária. In. FARIA, Dóris Santos de (Org.). **Construção Conceitual de Extensão na America Latina**. Brasília, UNB, 2001.

_____. **As práticas curriculares e a extensão universitária. Anais do 2 congresso brasileiro de extensão universitária**. Belo Horizonte, 2004. Disponível em:<<http://www.ufmg.br/congrent/Gestao/Gestao12.pdf>> Acesso em: 17 ago. 2013.

ISAÚ, Manuel. **Da educação social à educação sócio comunitária e os salesianos**. Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/26/art01_26.pdf> Acesso em:

MACEDO, Arthur Roquete de. O papel social da universidade.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamento da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (Org.). **Extensão universitária é trabalho**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2004.

_____. Extensão Universitária no Brasil: uma revisão conceitual. In. FARIA, Dóris Santos de (Org.). **Construção Conceitual de Extensão na America Latina**. Brasília, UNB, 2001.

_____. **Atividades de Extensão e Flexibilidade Curricular. Trabalho apresentado ao XIII Encontro nacional de pós-graduação e pesquisa das IES particulares e VII Fórum de extensão das IES particulares – FOREXP**, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <http://www.funadesp.org.br/fora/pos_ext_2012/> Acesso em: 06 out. 2012.

Plano Nacional de Extensão Universitária. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/Colecao-Extensao-Universitaria/01-Plano-Nacional-Extensao/Plano-nacional-de-extensao-universitaria-editado.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

Política Nacional de Extensão. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>> Acesso em: 11 dez. 2012.

ROCHA, Roberto Mauro Gurgel. A construção de conceito de extensão universitária na América Latina. In. FARIA, Dóris Santos de (Org). **Construção conceitual de extensão na América Latina. Brasília.** UNB, 2001.

ROCHA, Heloisa Helena Campelo Rodrigues. A extensão universitária como política pública e o papel da UFPEL junto à comunidade: o programa vizinhança. Universidade Federal de Pelotas, XXI Congresso de Iniciação Científica. IV Mostra Científica, 2012.

ROSETTO, Márcia Regina C. A.; BRITO, Regina Lúcia G. L. de. Responsabilidade social das instituições de ensino superior: o discurso das lideranças do setor educacional brasileiro. **Responsabilidade social** (Org.)

SANTOS, Boaventura de Souza. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade.** Cortez, 2010.

SÍVERES, Luis. A extensão como princípio de aprendizagem. **Revista diálogos**, vol, 10, 2008. Disponível em: <http://portalrevistas.br/index.php/RDL/article/view/1946/1266> Acesso em: 07 jan. 2013.

_____. A extensão universitária como principio de aprendizagem. In Síveres, Luís (Org.)

SOUZA, Ana Luiza Lima. Concepção de extensão universitária: ainda precisamos falar sobre isso? FARIA, Dóris Santos de (Org). **Construção conceitual de extensão na América Latina.** Brasília, UNB, 2001.

TAVARES, Maria das Graças Medeiros. Extensão universitária no Brasil: uma revisão conceitual. In. FARIA, Dóris Santos de (Org). **Construção conceitual de extensão na América Latina.** Brasília, UNB, 2001.